

Clipping n° 640

, 25 Agosto 2010 - 16:23:15

Normal 0 21 false false false PT-BR X-NONE X-NONE MicrosoftInternetExplorer4

##LAN_SANITISED##

classid="clsid:38481807-CA0E-42D2-BF39-B33AF135CC4D" id=ieooui>##LAN_SANITISED##>##LAN_SANITISED##

>st1:*(behavior:url(#ieooui))##LAN_SANITISED##> ##LAN_SANITISED##> /* Style Definitions */

table.MsoNormalTable{mso-style-name:"Tabela

normal";mso-tstyle-rowband-size:0;mso-tstyle-colband-size:0;mso-style-noshow:yes;mso-style-priority:99;mso-style-qformat:yes;mso-style-parent:"";mso-padding-alt:0cm 5.4pt 0cm

5.4pt;mso-para-margin:0cm;mso-para-margin-bottom:.0001pt;mso-pagination:widow-orphan;font-size:10.0pt;font-family:"Calibri",sans

-serif";}##LAN_SANITISED##> ABTG lan ça manual de avalia ç ão t écnica No dia primeiro de setembro a ABTG lan ça o

Manual de Avalia ç ão T écnica de n ão Conformidade em Impress ão Offset. O material é destinado às gr áficas para

avalia ç ões t énicas conforme as normas. Na ocasi ão o coordenador da Comiss ão de Estudo em Processos em Impress ão

Offset do NOS-27, Amauri Costa, palestrar á sobre o tema. O evento é gratuito para associados e acontece no audit ório da ABTG

(rua Bresser, 2315 Moca, em S ão Paulo) das 9h às 13h30. As inscri ç ões devem ser feitas pelo portal www.abtg.org.br. Mais

informa ç ões pelo telefone (11) 2797-6715. **RV&A**

INSS envia 1,3 mil cartas para informar trabalhadores que j á podem se aposentar

Bras ília Trabalhadores da cidade que completam as condi ç ões para se aposentar por idade em setembro devem receber nos pr óximos dias cartas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A correspond ência vai avisar ao cidad ão que ele pode requerer o benef ício a partir da data de seu anivers ário. Segundo o INSS, devem ser enviadas 1.373 cartas-aviso para os homens que completam 65 anos e mulheres que completam 60 a partir do dia 1 ° de setembro. O comunicado cont êm um c ódigo de seguran ça que permite ao segurado confirmar a sua autenticidade, protegendo-o contra fraudes. A comprova ç ão, em caso de d úvida, deve ser feita pela Central 135 ou no portal www.previdencia.gov.br. Fonte: Agencia Brasil

INSS paga atrasados de aux ílio-doen ça cortado

Quem pediu a prorroga ç ão do aux ílio-doen ça e est á aguardando a per ícia, mas teve o benef ício cortado pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) no prazo indicado no primeiro exame, voltar á a receber o pagamento a partir de amanh ã. O segurado ter á atrasados desde 19 de julho, mesmo se o pedido de prorroga ç ão foi antes dessa data. Por conta da greve dos peritos, que dura dois meses, 400 mil per ícias est ão atrasadas. Em 19 de julho, o INSS adotou novas regras e acabou com o corte autom ático para quem pediu a prorroga ç ão do benef ício. Agora, o segurado continua recebendo o aux ílio at é a realiza ç ão de uma nova per ícia. Se a prorroga ç ão for aceita pelo perito do INSS, ele continuar á a receber o benef ício at é um novo prazo. Se for negada, n ão ser á preciso devolver o que foi pago pelo INSS durante a espera da per ícia. Recebem amanh ã o pagamento retroativo os benefici ários do aux ílio-doen ça que ganham um sal ário m ínimo (R\$ 510) e t êm cart ão de com final 1, excluindo o d ígito. Quem ganha acima de um sal ário poder á sacar a partir de 1 ° de setembro. Fonte: Agora SP

» Greve deixa segurado do INSS sem sal ário

- » Greve atrasa 300 mil auxílios do INSS
- » Lula assina antecipação do 13º salário de aposentados
- » Auxílios cancelados têm diferença do reajuste
- » Falta em perícia médica corta benefício
- » INSS acaba com corte de auxílio sem perícia
- » Auxílio-doença pode aumentar a aposentadoria

Tire dúvidas da revisão de benefícios até 1997

Quem começou a receber um benefício do INSS antes de 1997 e pediu revisão no JEF (Juizado Especial Federal) pode estar com a ação suspensa. Isso porque a TNU (Turma Nacional de Uniformização) parou as ações de quem teve o benefício antes de 1997, mas foi à Justiça só dez anos após o primeiro pagamento. » Aposentados podem ficar sem aumento

Os julgamentos só voltarão quando o STF (Supremo Tribunal Federal) definir qual o prazo para pedir a revisão. Em dezembro de 1997, uma lei estabeleceu que o limite para entrar com a ação era de dez anos, a partir do primeiro pagamento. Para quem tem o pedido negado no INSS, ele inicia na resposta do órgão. Fonte: Agora SP

Saiba como se aposentar pelo teto em 2011

O segurado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que quer se aposentar em 2011 ganhando o teto previdenciário --R\$ 3.467,40, neste ano-- precisa ter 80% de suas contribuições mensais desde julho de 1994 pagas sobre o valor máximo. Ele também tem que trabalhar por um período maior do que o exigido para a aposentadoria por tempo de contribuição. Será preciso ter um fator previdenciário maior do que 1 para receber o valor máximo pago pelo INSS. O fator foi criado em dezembro de 1999 para desestimular aposentadorias precoces. Assim, ele reduz o benefício de quem se aposenta jovem, mas aumenta o valor de quem adia o pedido. Segundo o advogado previdenciário Daisson Portanova, do escritório Gueller e Portanova Sociedade de Advogados, quem fez 80% das maiores contribuições sobre o teto e tem o fator igual a 1 vai se aposentar com R\$ 3.080. Ou seja, uma defasagem de R\$ 387,40 em relação ao pagamento máximo do INSS. Fonte: Agora SP

Aposentados podem ficar sem aumento

Mais de 10 milhões de benefícios perderão o direito de ser questionados na Justiça caso o STF (Supremo Tribunal de Justiça) decida que acabou o prazo para entrar com a ação, segundo a AGU (Advocacia-Geral da União). » Tire dúvidas da revisão de benefícios até 1997

Ao menos dez tipos de revisão poderiam ser pedidas por segurados que recebem benefícios desde antes de 1997. Por exemplo, pode ficar sem o direito de aumentar o valor do pagamento quem se aposentou após 1989, mas tinha adquirido o direito de pedir o benefício antes disso. A revisão recupera as perdas geradas pela redução do teto. Fonte: Agora SP

TST publicou cinco novas Orientações Jurisprudenciais A Comissão de Jurisprudência e de Precedentes Normativos do Tribunal Superior do Trabalho publicou, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do último dia 2 de agosto, a edição das Orientações Jurisprudenciais (OJs) de números 397 a 401, da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-1).

397. Comissionista misto. Horas extras. Base de cálculo. Aplica-se a Súmula nº 340 do TST. (DeJT 02/08/2010)

O empregado que recebe remuneração mista, ou seja, uma parte fixa e outra variável, tem direito a horas extras pelo trabalho em sobrejornada. Em relação à parte fixa, são devidas as horas simples acrescidas do adicional de horas extras. Em relação à parte variável, é devido somente o adicional de horas extras, aplicando-se à hipótese o disposto na Súmula nº 340 do TST.

398. Contribuição previdenciária. Acordo homologado em juízo sem reconhecimento de vínculo de emprego.

Contribuinte individual. Recolhimento da alíquota de 20% a cargo do tomador e 11% a cargo do prestador de serviços.
(DeJT 02/08/2010)

Nos acordos homologados em juízo em que não haja o reconhecimento de vínculo empregatício, é devido o recolhimento da contribuição previdenciária, mediante a alíquota de 20% a cargo do tomador de serviços e de 11% por parte do prestador de serviços, na qualidade de contribuinte individual, sobre o valor total do acordo, respeitado o teto de contribuição. Inteligência do § 4º do art. 30 e do inciso III do art. 22, todos da Lei nº 8.212, de 24.07.1991.

399. Estabilidade provisória. A ação trabalhista ajuizada após o término do período de garantia no emprego. Abuso do exercício do direito de ação. Não configura ação indenizatória devida. (DeJT 02/08/2010)

O ajuizamento de ação trabalhista após decorrido o período de garantia de emprego não configura abuso do exercício do direito de ação, pois este está submetido apenas ao prazo prescricional inscrito no art. 7º, XXIX, da CF/1988, sendo devida a indenização desde a dispensa até a data do término do período estabilizatório.

400. Imposto de renda. Base de cálculo. Juros de mora. Não integra ação. Art. 404 do Código Civil Brasileiro. (DeJT 02/08/2010)

Os juros de mora decorrentes do inadimplemento de obrigação de pagamento em dinheiro não integram a base de cálculo do imposto de renda, independentemente da natureza jurídica da obrigação inadimplida, ante o cunho indenizatório conferido pelo art. 404 do Código Civil de 2002 aos juros de mora.

401. Prescrição. Marco inicial. Ação condenatória. Trânsito em julgado da ação declaratória com mesma causa de pedir remota ajuizada antes da extinção do contrato de trabalho. (DeJT 02/08/2010)

O marco inicial da contagem do prazo prescricional para o ajuizamento de ação condenatória, quando advém a dispensa do empregado no curso de ação declaratória que possua a mesma causa de pedir remota, é o trânsito em julgado da decisão proferida na ação declaratória e não a data da extinção do contrato de trabalho. Fonte: TST